

HABEAS CORPUS Nº 493.649 - SC (2019/0044161-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
FLÁVIA STRINGARI MACHADO - SC035072
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ROSANE FERNANDES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROSANE FERNANDES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 4000171-79.2019.8.24.0000).

Consta dos autos que a paciente foi presa em flagrante por suposta infração do art. 157, § 2º, II, pois, "em comunhão de esforços e desígnios com dois indivíduos não identificados, de forma consciente e voluntária, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, imbuída de manifesto *animus furandi*, subtraiu para si, mediante grave ameaça, 1 (um) celular marca LG, modelo K-10, no valor aproximado de R\$ 1.170,00 (um mil cento e setenta reais) e mais a quantia de R\$ 70,00 (setenta reais) em espécie, de propriedade da vítima [...]" – e-STJ fl. 66.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 118):

HABEAS CORPUS. SUPOSTA PRÁTICA DO CRIME DE ROUBO MAJORADO (ART. 157, § 2º, II, DO CP).

CONVERSÃO DE FLAGRANTE HOMOLOGADO EM PRISÃO PREVENTIVA.

TESE DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO DECRETO PRISIONAL QUANTO AO PERICULUM LIBERTATIS. INSUBSISTÊNCIA. DECISÃO EMBASADA NO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DOS ARTS. 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA EVIDENCIADA. SUPOSTA PRÁTICA DE CRIME SEMELHANTE EM MENOS DE UM MÊS.

CONDUTA DELITIVA INVESTIGADA QUE NÃO SE MOSTRA ISOLADA NA VIDA DA AGENTE. RISCO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE NÃO CULPABILIDADE, DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.

HABEAS CORPUS CONHECIDO E ORDEM DENEGADA.

Alega a defesa ausência de fundamentação idônea a embasar a segregação preventiva e requer, liminarmente e no mérito, a soltura da paciente, com ou sem aplicação de cautelares alternativas.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso, o exame do alegado constrangimento confunde-se com a análise do próprio mérito da irresignação, a ser realizada oportunamente pelo órgão colegiado, sendo certo que, ao menos em juízo de cognição sumária e perfunctória, não diviso ilegalidade flagrante a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque não se pode afirmar, nesta etapa, que o encarceramento cautelar seja totalmente carente de substrato, uma vez que foram mencionados fatos concretos que podem indicar a necessidade da custódia para a garantia da ordem pública, destacando-se, em especial, a reiterada atividade delitiva da paciente (e-STJ fl. 70).

Diante disso, mostra-se imprescindível minuciosa análise dos elementos de convicção juntados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator